

AO EXPEDIENTE DO DIA  
25 de 11 de 1996  
Em, 25 de 11 de 1996  
Presidente



ESTADO DA PARAÍBA  
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR

Ao Secretário Legislativo

Em 22 / 11 / 1996  
Tereza Neuma Gonzaga



OFÍCIO GS/GCG/N.º 0385/96

João Pessoa, 21 de novembro de 1996

Senhor Presidente,

A Divisão de Assessoria **Plenário**  
Em 21 / 11 / 1996  
Secretário Legislativo

Cumprimentando-o, encaminho para apreciação de V. Excia., e seus ilustres pares, Mensagem n.º 041/96, que "autoriza a abertura de créditos suplementares para os fins que especifica".

Sendo só para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**SOLON HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES**  
Secretário Chefe do Gabinete Civil do Governador

Assessoria ao Plenário  
Constou no Expediente  
Em 25 / 11 / 96  
Diretor da Ass. ao Plenário

Excelentíssimo Senhor  
**CARLOS MARQUES DUNGA**  
Presidente da Assembleia Legislativa  
NESTA

Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Recebido em 22 de 11 de 1996

Tereza Neuma Gonzaga





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**GABINETE DO GOVERNADOR**



MENSAGEM N.º 041/96

João Pessoa, 21 de novembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para deliberação do Poder Legislativo, o anexo Projeto de Lei que “autoriza a abertura de créditos suplementares para os fins que especifica”.

A medida tem por objetivo reforçar as dotações orçamentárias destinadas à execução de projetos prioritários em andamento e, especificamente as relacionadas com as despesas de pessoal e encargos sociais, dívida pública estadual e transferência a municípios, por insuficiência dessas dotações.

Cumpre-me esclarecer a Vossa Excelência que o atendimento aos diversos pleitos com a suplementação, aqui tratada, correrá por conta da anulação de saldos orçamentários disponíveis nos órgãos da Administração, na forma disciplinada pela Lei Federal 4.320/64 e a Lei Estadual 3.654/71.

Excelentíssimo Senhor

**CARLOS MARQUES DUNGA**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba

NESTA



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**GABINETE DO GOVERNADOR**



Pela importância do que se reveste o pleito encaminhado a essa Colenda Assembléia, estou certo de que o mesmo terá o costumeiro acolhimento e apoio necessário para sua aprovação.

Solicito, outrossim, com fundamento no art. 64, § 1º, da Constituição Estadual que o Projeto tenha a tramitação de urgência ali prevista.

Atenciosamente,

  
**JOSÉ TARGINO MARANHÃO**  
GOVERNADOR





**ESTADO DA PARAÍBA**



PROJETO DE LEI N.º 607/96

**AUTORIZA ABERTURA DE  
CRÉDITOS SUPLEMENTARES  
PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Suplementares ao Orçamento do Estado - Lei 6.217, de 29 de dezembro de 1995, até o limite de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), destinados às despesas de Pessoal e Encargos Sociais da Administração Direta e Indireta, Dívida Pública Estadual, Transferências à Municípios da cota-parte na arrecadação do ICMS, IPVA e IPI, e à execução de Projetos Prioritários.

**Art. 2º** - Os recursos para abertura dos Créditos de que trata o artigo anterior correrão por conta de anulação de saldos orçamentários disponíveis nos Órgãos da Administração Estadual, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 4.320/64, e artigo 111, inciso I, da Lei Estadual n.º 3.654/71.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

  
**JOSE TARGINO MARANHÃO**  
**GOVERNADOR**

Aprovado em único Turno  
Em 27 / 11 / 96  
1.º Secretário





Estado da Paraíba  
**Assembléia Legislativa**  
Casa de Epitácio Pessoa



Registrado no Livro de Plenário  
às Fls. \_\_\_\_\_ Sob No. 604/96.  
EM, 25/11/95

Publicado no Diário do Poder  
Legislativo do Dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
de 19\_\_\_\_  
EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/19\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
O SECRETÁRIO

Remetido à Secretaria Legislativa  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Diretor da Ass. ao Plenário

Designo como Relator  
o Deputado Zenodo  
Em, 26/11/99  
\_\_\_\_\_  
Presidente





ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

6

**PROJETO DE LEI Nº. 607 /96.**

**AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITOS  
SUPLEMENTARES PARA OS FINS QUE  
ESPECÍFICA.**

**AUTOR : GOVERNADOR DO ESTADO**  
**RELATOR: ZENÓN BIO TOSCANO**

**PARECER**

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei Nº. 607 /96, do Senhor Governador do Estado, Dr. José Targino Maranhão, tem por objetivo, obter autorização desta Casa Legislativa para abrir créditos suplementares para os fins que especifica, para reforço de dotações de órgãos indicados do vigente orçamento.

É relatório.

**II - VOTO DO RELATOR**

A matéria legislativa em análise, encontra-se estribada no que preceitua os Arts. 41, Inciso I, 42 e 43, Parágrafo 1º., Inciso III, da Lei Federal N. 4.320, de 17/03/64, que "Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal", combinado com o que dispõe o Art. 170, III, da Constituição Estadual.





ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Destarte, inexistindo impedimento de natureza legal ou constitucional que venha a obstaculizar a tramitação do **PROJETO DE LEI N.º 607 /96**, somos de parecer seja o mesmo submetido à apreciação do Plenário, para aprovação, tal como se acha redigido.

É o voto.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1996.

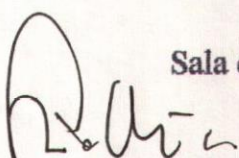
  
RELATOR


**III - PARECER DA COMISSÃO**

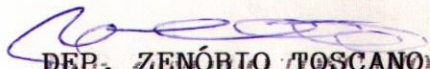
A Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela aprovação do **Projeto de Lei N.º 607 /96**, nos termos do voto do Senhor Relator.

É o parecer.

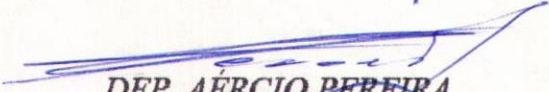
Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1996.

  
DEP. GERVÁSIO MALA  
PRESIDENTE

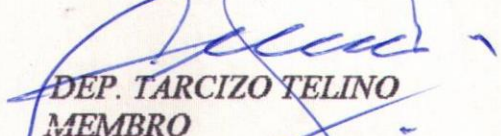
  
DEP. ANTÔNIO IVO  
MEMBRO

  
DEP. ZENÓBIO TOSCANO

Relator

  
DEP. AÉRCIO PEREIRA  
MEMBRO

DEP. Pe. ADELINO  
MEMBRO

  
DEP. TARCIZO TELINO  
MEMBRO

DEP. VANI BRAGA  
MEMBRO

Voto Contrário

Ao Parecer do Relator

Em 26/11/96

  
DEPUTADO

Aprovado o Parecer da  
discussão única.

Em 22/11/96

  
1º SECRETÁRIO





*Estado da Paraíba*  
**Assembléia Legislativa**  
*Casa de Epitácio Pessoa*

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROJETO DE LEI Nº 607 /96

Autoriza abertura de créditos suplementares para os fins que especifica.

AUTOR: O GOVERNADOR DO ESTADO

RELATOR:

P A R E C E R

I - RELATÓRIO

A Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária, recebe para exame e parecer o Projeto de Lei nº 607 /96, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Dr. José' Targino Maranhão, tendo como objetivo os relevantes interesses do Estado para a administração Orçamentária, Financeira e Tributária, e fundamentando sua iniciativa no Poder Governamental de legislar sobre Abertura de Crédito, Contratação de Empréstimos, ICMS, e outros.

Este é o Relatório





*Estado da Paraíba*  
**Assembléia Legislativa**  
*Casa de Epitácio Pessoa*

**COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**II = VOTO DO RELATOR**

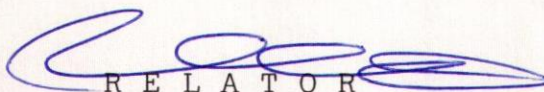
Cabe a respeito da propositura em análise observar os parâmetros existentes entre a capacidade de legislar do Exmo. Sr. Governador do Estado e o que preceitua, quanto à sua competência estatuída pela Carta Magna Estadual.

Adentrando à competência e a relevância do Projeto em epígrafe, ressaltamos que a matéria presente realmente adentra em gênero, número e grau "**em matéria financeira, tributária e orçamentária**", contudo, verificamos também, que tais elementos são indubitavelmente da competência exclusiva de sua Excelência o Governador do Estado, pois cabe ao mesmo viabilizar os programas e projetos em andamento no estado, bem como reestruturar e dar suporte orçamentário e fiscal para alicerçar a legislação financeira vigente, tudo conforme encontra-se calcado no Art. 63, § 1º, inciso II, letra b).

Portanto, estando prevista a atuação governamental na presente propositura, e não existindo qualquer óbice que cause estranheza ou inviabilização financeira e orçamentária, o voto da relatoria é pela procedência e consequente aprovação do Projeto de Lei nº 607/96.

É o voto

Sala da Comissão, em 26 de novembro 1996

  
RELATOR





Estado da Paraíba  
**Assembléia Legislativa**  
Casa de Epitácio Pessoa


COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÀRIA

III = PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de acompanhamento e Controle da Execução orçamentária, adota e recomenda o parecer do Senhor Relator pela aprovação do PROJETO DE LEI Nº 607 /96, na sua forma original.

É o Parecer

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1996

  
DEP. TARCIZO TELINO

Presidente

DEP. JOSÈ LUIZ JÚNIOR

Membro

  
DEP. ZENÓBIO TOSCANO

Membro RELATOR

DEP. FERNANDO MELO


Membro

  
DEP. FRANCISCA MOTTA

Membro

DEP. EURÍDICE MOREIRA

Membro

  
DEP. ARIANO FERNANDES

Membro

Aprovado o Parecer em  
discussão única.

Em 27 de 1996

1º. SECRETÁRIO





*Estado da Paraíba*  
**Assembléia Legislativa**  
*Casa de Epitácio Pessoa*

Ofício nº 1896

João Pessoa, em 28 de novembro de 1996.

Senhor Governador

Encaminho a Vossa Excelência o autógrafo do Projeto de Lei nº 607/96, de sua autoria, que Autoriza Abertura de Crédito Suplementares para os fins que especifica.

Atenciosamente

  
CARLOS DUNGA  
Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor  
JOSÉ TARGINO MARANHÃO  
GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA  
NESTA



*Estado da Paraíba*  
**Assembléia Legislativa**  
*Casa de Epitácio Pessoa*

12

AUTÔGRAFO Nº 156

PROJETO DE LEI Nº 607/96

Autoriza Abertura de Crédito Suplementares  
para os fins que especifica.

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementares ao Orçamento do Estado - Lei 6.217, de 29 de dezembro de 1995, até o limite de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), destinados às despesas de Pessoal e Encargos Sociais da Administração Direta e Indireta, Dívida Pública Estadual, Transferências à Municípios da cota-parte na arrecadação do ICMS, IPVA e IPI, e à execução de Projetos Prioritários.

**Art. 2º** - Os recursos para abertura dos Créditos de que trata o artigo anterior correrão por conta de anulação de saldos orçamentários disponíveis nos Órgãos da Administração Estadual, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, e artigo 111, inciso I, da Lei Estadual nº 3.654/71.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, João Pessoa,  
em 28 de novembro de 1996.

CARLOS DUNGA  
Presidente



607

13



ESTADO DA PARAÍBA

Publicado Diário Oficial  
DESTA DATAEm, 01 / 12 / 96  
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR

LEI N.º 6.374 ,DE 29 DE DEZEMBRO DE 1996

**AUTORIZA ABERTURA DE  
CRÉDITOS SUPLEMENTARES  
PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA :**

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Suplementares ao Orçamento do Estado - Lei 6.217, de 29 de dezembro de 1995, até o limite de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), destinados às despesas de Pessoal e Encargos Sociais da Administração Direta e Indireta, Dívida Pública Estadual, Transferências à Municípios da cota-parte na arrecadação do ICMS, IPVA e IPI, e à execução de Projetos Prioritários.

**Art. 2º** - Os recursos para abertura dos Créditos de que trata o artigo anterior correrão por conta de anulação de saldos orçamentários disponíveis nos Órgãos da Administração Estadual, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 4.320/64, e artigo 111, inciso I, da Lei Estadual n.º 3.654/71.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**, em João Pessoa, 29 de dezembro de 1996; 108º da Proclamação da República.

  
JOSE TARGINO MARANHÃO